



VII SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

RECORTES TE3ORICOS DO CONCEITO DE INOVA3O: ASPECTOS TERRITORIAL E SETORIAL

DJEIMELLA FERREIRA DE SOUZA
UFMG

LUIZA PINHEIRO ALVES DA SILVA
UFMG

Agradecimento a CAPES e FAPEMIG.



Recortes Teóricos do Conceito de Inovação: Aspectos Territorial e Setorial

Resumo

Muitos países se basearam no Manual de Oslo para delinear os seus conceitos de inovação nacionais. Como a inovação se tornou uma área multidisciplinar e que se desdobra em diversos tipos de inovação, além de diferentes etapas no processo inovativo, diversos autores buscaram delinear o conceito de inovação para suas respectivas áreas de atuação. Neste sentido, o objetivo deste artigo é evidenciar dois recortes teóricos que conceituam a inovação na área da agricultura familiar (desenvolvimento rural) e do setor farmacêutico. A discussão realizada neste artigo baseia-se em uma revisão. Os resultados encontrados para evidenciar o conceito de inovação no contexto da agricultura familiar surgem uma nova abordagem teórica denominada de desenvolvimento rural ou “nova ruralidade”. No sistema de inovação farmacêutico frequentemente a perspectiva da saúde pública entra em conflito com a perspectiva do desenvolvimento industrial e de inovação. A definição do conceito de inovação está no centro deste debate.

Palavras-chave: Inovação; Desenvolvimento rural; Setor farmacêutico.

Abstract

Many countries have relied on the Oslo Manual to outline their national innovation concepts. As innovation has become a multidisciplinary area and has been developed in several types of innovation, in addition to different stages in the innovative process, several authors have sought to delineate the concept of innovation for their respective areas of activity. In this sense, the objective of this article is to highlight two theoretical perspectives that conceptualize innovation in the areas of family agriculture (rural development) and the pharmaceutical sector. The research conducted in this article is based on a bibliometric scope review of the scope in the (2010)The results to highlight the concept of innovation in the context of family agriculture found that there is a new theoretical approach called rural development or "new rurality." In the pharmaceutical innovation system, the public health perspective often conflicts with industrial development and innovation perspective. The definition of the innovation concept is at the heart of this debate.

Keywords: Innovation, development rural, pharmaceutical sector.



1 INTRODUÇÃO

O termo inovação é comumente difundido dentro da sociedade. Tornou-se assunto chave nas pautas de discussões econômicas, uma alternativa para solucionar os problemas da sociedade, bem como obter o desenvolvimento econômico almejado por todos os países.

O conceito de inovação foi proposto pelo economista Schumpeter (1935), ao caracterizar cinco tipos de inovação: i) Introdução de novos produtos; ii) Introdução de novos métodos de produção; iii) Abertura de novos mercados; iv) Desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos; v) Criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

A partir da definição de Schumpeter, outros autores acrescentaram novos elementos e releituras no conceito de inovação. Porém, afirmar um conceito de inovação “universal” que faça sentido para todos os campos da sociedade é complexo.

Para o Manual de Oslo, a inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Essa definição abrangente da inovação compreende um amplo conjunto de inovações possíveis. Uma inovação pode ser mais estreitamente categorizada em virtude da implementação de um ou mais tipos de inovação, por exemplo, inovações de produto e de processo (Oecd, 2007).

Muitos países se basearam nesta definição para delinear os seus conceitos de inovação nacionais. No Brasil, por exemplo, a Lei 10.934/2004 define inovação como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho (Brasil, 2004).

Como a inovação se tornou uma área multidisciplinar e que se desdobra em diversos tipos de inovação, além de diferentes etapas no processo inovativo, diversos autores buscaram delinear o conceito de inovação para suas respectivas áreas de atuação.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é evidenciar dois recortes teóricos que conceituam a inovação na área da agricultura familiar (desenvolvimento rural) e do setor farmacêutico.

Este artigo contém, além desta breve introdução sobre o conceito de inovação em geral, a descrição da metodologia da pesquisa na seção 2, os resultados e sua discussão na seção 3 e ao final uma breve conclusão.

2 MÉTODO DA PESQUISA

A discussão realizada neste artigo baseia-se em uma revisão bibliométrica do escopo na literatura de acordo com a métrica de Arksey e O'Malley (2005) e Levac et al. (2010). Esta técnica foi escolhida, pois é recomendada para estudos na área sociais aplicada, e particularmente em temas emergentes, devido a análise ampla da literatura disponível sobre determinado tema, de forma estruturada.

Para área da agricultura familiar, foi realizada uma busca nas bases *Science Direct* e *Web of Science* usando os descritores (innovacion AND desarrollo AND agricult*), (innovacion AND desarrollo AND rura*); (inovacao AND desenvolv* AND agricult*); (inovação AND desenvolv* AND rura*). Os idiomas da estratégia de busca



objetiva encontrar o arcabouço teórico construído na América Latina sobre a agricultura familiar devido à semelhança histórica sócio-econômica.

No setor farmacêutico, as buscas foram realizadas nas bases Pubmed, Scielo, *Science Direct* e *Web of Science* usando os descritores innovation, pharmaceutic* e research AND development. A escolha do uso dos descritores em inglês se deve a maior parte da literatura relacionada ao tema estar disponíveis neste idioma. A aplicação da pesquisa se sucedeu entre os meses de fevereiro a maio de 2018.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

3.1 Recorte territorial - A inovação atrelada a agricultura familiar

A partir do século XXI houve uma ruptura na visão sobre o desenvolvimento territorial, isto porque os modelos tradicionais de desenvolvimento estiveram em crise em todo mundo, devido à fragilidade da globalização e do capitalismo na desigualdade do mercado. O mesmo não consegue sozinho (mão invisível) regular e diminuir a desigualdade regional, e sim em geral tende aumentar segundo Hirschman (1961) e Myrdal (1965).

O surgimento dos novos estudos foi voltado para os distritos industriais, regiões inteligentes, meios inovadores e sistemas regionais de inovação. Dentro de cada abordagem, destaca-se a estratégia assumida pelas regiões no contexto das modificações das formas de produção e organização econômico-social que acompanham o processo de globalização e revelação tecnológica (Omahe, 1995; Scott e Storper, 2003).

As principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingidas (Cavalcante, 2008).

As cadeias produtivas são estruturas econômicas entrelaçadas que se apresentam como propulsoras do desenvolvimento regional. Uma cadeia é formada pela produção de matérias-primas, industrialização e distribuição. Esse segmento fomenta a economia de uma região em seus setores econômicos básicos: primário (agricultura, pecuário, etc), secundário (indústria) e terciário (comércio, transporte, etc). Tais estruturas por si só não trataram o desenvolvimento econômico a uma região, uma vez que nem todas as regiões se desenvolvem ao mesmo tempo e de uma mesma maneira (Perroux, 1967).

Nos anos 90, os trabalhos teórico-analíticos dirigidos a promoção de *Clusters* por Michael Porter (1990) no contexto dos países em desenvolvimento (Nadvi e Schmitz, 1994; Nadvi, 1995; Schmitz, 2000; Altenburg e Meyer-Stamer, 1999; ALTENBURG, 1999, 2001). Com o corpo teórico deu-se contribuições acadêmicas vinculadas ao *Institute of Developing Studies* (IDS) e o *German Development Institute* (GDI), primeiro por caminhos específicos e logo por ações conjuntas entre ambos os centros de estudos.

Acompanhando esta perspectiva, emergem progressivamente estudos de casos em toda América Latina, entre os que se destacam os realizados no Brasil (Meyer-Stamer, 1998, Schmitz 1998 e 1999, Bazan e Schmitz, 1997), no México (Rabellotti, 1992 e 1997), no Peru (Tavara, 1993), na Argentina (Quintar et al. 1993), ao mencionar algumas análises empíricas.

Estes estudos em sua maioria são vinculados aos projetos do Instituto Latino Americano e do Caribe de Planejamento Econômica e Social (IPES). A partir destes projetos, sugeriram debates abertos entorno da utilidade e permanência dos processos de descentralização, estimulado por um cenário característico de países latinos americanos,



na qual possuem dificuldades estruturais de desenvolvimento em que envolve dois lados: Tradição centralista e escassa autonomia regional e local (Veliz, 1984).

Com este impulso do cenário e contribuições pioneiras como as de W. Sthor e F. Taylor (1981) foram crescendo idéias radicais em análises e propostas de desenvolvimento “de baixo”, nas décadas de 50 e 60 centrados em atores, instituições e capacidades locais.

Segundo o Manual de Oslo (Oecd, 2007) atribui fatores regionais como influenciador na capacidade inovadora das empresas, assim as diferenças regionais nos níveis de atividade de inovação podem ser substanciais e identificar as principais características e fatores promovem a atividade de inovação e o desenvolvimento de setores específicos no âmbito regional, além de auxiliar no entendimento dos processos de inovação, influenciando nas políticas públicas nacionais e regionais.

Vale ressaltar que trabalhos teóricos e empíricos sobre os sistemas territoriais de inovação (Olazarán e Uranga, 2000), sobre o caráter não linear da inovação, em que os novos produtos e processos gerados por instituições de pesquisa e desenvolvimento (P&D) trabalhando da mesma forma ao mercado. Pelo contrario, a inovação é um processo social e territorial de caráter acumulativo e interativo, na qual a interação dos usuários e os produtores de conhecimento. Deste modo, os atores apreendem mutuamente um do outro, por meio do aprendizado gerado pela interação.

A inovação, portanto, não sucede somente através de rupturas ou saltos radicais e sim avança também, geralmente, de forma contínua, dentro da trajetória seguida pelo processo de produção, local onde introduz numerosas melhoras incrementais de produto e processo. Dada a natureza social do aprendizado e inovação, estes processos funcionam melhor quando os atores implicados se encontram entre si, permite interação frequente, assim como o intercâmbio de informação eficaz.

O conceito de desenvolvimento regional esta associado ao espaço territorial “cidade”, com articulação de atores (instituições públicas, governo, empresas pequenas ou grandes, universidades, centro de pesquisa, e recurso de mão de obra, etc). Entretanto, este conceito teórico citados acima não conseguiu explicar o meio rural.

Surge assim, uma nova abordagem teórica denominada de desenvolvimento rural com abordagem territorial pelo inglês Frank Ellis (1998), nesta abordagem esta voltado para a estratégia de sobrevivência da agricultura familiar e a diversificação dos modos rurais de vida.

A agricultura familiar passou a transitar como uma categoria política emergente, com crescimento legitimidade social, na qual são traduzidos em consequência de elaborações de políticas públicas e estratégias orientadas especificamente ao desenvolvimento deste setor (Schneider, 2012).

Ellis (1998) define desenvolvimento rural, como um conjunto de ações e praticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para mudança.

Ploeg et al. (2000, p.395) segue o conceito de Elis, mais voltado para os problemas e o contexto dos países desenvolvidos, assim define o desenvolvimento rural como uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. Portanto, representaria uma possibilidade de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais que buscam, através de seu esforço e disposições, incrementar as possibilidades de garantir sua reprodução.



Já os autores brasileiros definiram o desenvolvimento rural a partir de duas contribuições principais, nas dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural. Assim, Viegas et al. (2001) aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o a formação de arranjos institucionais locais pelo Estado como os elementos-chave para nova estratégia de desenvolvimento sustentável do Brasil.

Para Salgado (2004), o desenvolvimento rural é: "um processo de mudança e de modernização das zonas rurais atrasadas, de predominância tradicionalmente camponesa, que opera constituindo os camponeses, para o Estado, para empreendedores locais e atores regionais nessa transformação". Nesta concepção eles entram para jogar novos atores além dos camponeses, o que que poderia abrir a porta para novas visões de setor rural, resultante de um conjunto de intervenções públicas e privadas, onde os empresários devem desempenhar um papel relevante.

Atchoarena e Gasperini (2004), em um estudo em conjunto pela FAO e pela Unesco, definir o desenvolvimento rural inclui agricultura, educação, infra-estrutura, saúde, fortalecimento da capacidades baseadas no emprego agrícola, instituições rurais e as necessidades de os grupos vulneráveis. Ou seja, o desenvolvimento rural prossegue a melhoria das condições de vida da população rural, de maneira equitativa e sustentável, tanto do ponto de vista social a partir do meio ambiente, graças a uma melhor acesso a ativos (naturais, físicos, humanos, capital tecnológico e social) e serviços; e o controle do capital produtivo (em suas formas financeiras ou econômicas) que fazem possível melhorar a sua subsistência de modo sustentável e equitativo ".

Márquez (2002) argumenta uma faceta dodesenvolvimento rural relacionada com o carater endógeno, cujo objetivo é incrementar o bemestar da comunidade rural mediante o estabelecimento de atividades econômicas e socioculturais utilizando basicamente seus próprios recursos humanos e materiais.

Estas propostas inovadoras dodesenvolvimento rural se concentram cada vez mais na promoção de instituições que sejaa capacez de responder as reais demandas das famílias camponesas, mobilizando recursos locais, humanos e de conhecimento existentes dentro das comunidades.

De acordo com Garcia Rodríguez (2008), em geral os territórios vencedores na América Latina são identificar com grandes áreas metropolitanas e recursos exportáveis. Os perdedores, por outro lado, são principalmente aqueles que nascem com o substituição de importações e, quase todos os outros territórios, que se pode deduzir que alguns territórios rurais podem ser localizados em a categoria menos favorecida com altos percentuais de pobreza e desemprego, além do fraco acesso a serviços básicos.

Com base nesta abordagem, o meio rural constitui um espaço importante para a produção Pérez (2001, p.23), concebe zona rural como entidade socioeconómica composta por quatro componentes básicos:

“Um território que funciona como fonte de recursos naturais e materiais prémios, receptor de resíduos e apoio às actividades económicas. Uma população que, baseada em um determinado modelo cultural, pratica actividades muito diversas de produção, consumo e relação social, formando um quadro socioeconómico complexo. Um conjunto de assentamentos que estão relacionados entre si e ao no exterior através da troca de pessoas, bens e informações através dos canais de relacionamento. Um conjunto de instituições públicas e privadas que fornecem um backbone e articular o funcionamento do sistema, operando dentro de um



determinado quadro jurídico”.

Neste argumento, o rural possui um sentido amplo que abrange um todo dos territórios em que se estabelecem aldeias, pequenas cidades e centros regionais, áreas naturais e cultivadas, patrimônio cultural e capital social. Onde a população se desenvolve ou atua em diferentes sectores econômicos como a agricultura, as pequenas e médias indústria, artesanato, comércio, serviços, mineração, turismo, entre outros.

A construção de uma abordagem territorial no IICA também foi nutrida por iniciativas de cooperação técnica que ele liderou ou facilitou no continente durante o últimas duas décadas, entre as quais se destacam os trabalhos ligados ao desenho de estratégias e políticas ad-hoc na América Central, em torno do Projeto Laderas; várias iniciativas em quinze estados do nordeste e norte do Brasil; trabalho na Colômbia, em colaboração com a Corporação Rural da Missão Latino-Americana e desenvolvimento local em Equador O ETDR também está recebendo crescente atenção como um quadro de referência para orientar políticas públicas de desenvolvimento rural. Vários países iniciaram processos estratégias nacionais para a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento rural, ou para a revisão seus programas nacionais e quadros institucionais para o desenvolvimento rural, com abordagem territorial como eixo estruturante (Clacso, 2003).

No México, o processo é guiado por um Lei do Desenvolvimento Rural Sustentável, emitida em dezembro de 2001, que estabelece as bases a implementação de uma política de Estado e um quadro institucional abrangente para desenvolvimento rural sustentável. No Brasil, um Ministério do Desenvolvimento Agrário e uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial que lidera o processo de formulação, concertação e implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural com uma abordagem territorial. No Equador está discutindo a proposta para a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural, complementado por um Fundo Nacional para o Desenvolvimento Rural.

No Uruguai, foram feitos progressos na revisão do quadro institucional e no desenvolvimento de iniciativas de desenvolvimento rural em territórios específicos. Na Costa Rica, o revisão e reorientação do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural, a principal iniciativa governo sobre o assunto, focalizando ações em territórios da região norte do país Mais recentemente, na Guatemala e no Panamá, foram iniciados processos para o revisão das instituições e políticas de desenvolvimento rural, com ênfase na combate à pobreza rural, pelas novas autoridades nacionais (Silva, 2005).

Com o aprofundamento do processo da globalização levaram a novos desempenhos na dinâmica áreas rurais, como agroturismo, produção de materiais primas para a geração de biocombustíveis, o funcionamento de parques temáticos em torno de algum item agrícola, entre outros. Neste novo cenário o rural transcende as atividades puramente agrícolas abrange também atividades de outros setores econômicos com participação de uma série de atores com diferentes funções e interesses (Romero, 2006).

3.2 Recorte setorial - A inovação e o sistema de inovação farmacêutico

Um dos recortes possíveis quando se trata de inovação é o setorial. Os setores econômicos se diferem em suas bases de conhecimento, os atores envolvidos no processo de inovação, os elos e relações entre estes atores e as instituições mais relevantes. Tais aspectos são fundamentais para entender e explicar a inovação e suas diferenças entre os setores, sendo possível identificar sistemas setoriais de inovação.



Um sistema setorial de inovação e produção é um conjunto de produtos novos e estabelecidos para usos específicos e o conjunto de agentes que realizam interações de mercado ou outras para a criação, produção e venda destes produtos. Ele envolve uma ampla variedade de atores para a geração e troca de conhecimento relevante para inovação e sua comercialização.

Os agentes que compõem o sistema setorial são caracterizados por processos de aprendizagem, competências, crenças, objetivos, estruturas organizacionais e comportamentos específicos. Eles interagem através de processos de comunicação, troca, cooperação, competição e comando, e as suas interações são moldadas por instituições (leis e regulação). Com o tempo, um sistema setorial passa por processos de mudança e de transformação através de co-evolução de seus vários elementos (Malerba, 2006).

O sistema de inovação farmacêutico é um dos sistemas setoriais mais explorados, pois suas atividades inovativas envolvem direta ou indiretamente uma grande variedade de atores, tais como diferentes tipos de firmas, instituições de ciência e tecnologia (ICTs) que inclui universidades e centros de pesquisa públicos e privados, instituições financeiras, agências regulatórias, pacientes e consumidores e prestadores de serviço em saúde. Além disto, as relações entre estes atores têm uma natureza peculiar. Por exemplo, o mercado de medicamentos é caracterizado por uma forte assimetria de informações.

Os consumidores/pacientes não podem avaliar completamente e por si só a qualidade e segurança de um medicamento, além disto, o pagador, geralmente um seguro de saúde público ou privado, é um agente diferente do prescrito, que é quem de fato realiza a escolha do produto a ser consumido pelo paciente. Outro exemplo é a forte relação entre universidades e instituições de pesquisa com a indústria.

Este agente, apesar de seguirem diferentes lógicas, incentivos e objetivos por vezes conflitantes, tem que trabalhar juntos para gerar inovações no setor, devido à complexidade do conhecimento necessário para desenvolver um produto farmacêutico, o que caracteriza o setor como baseado em ciência. Esta e as demais interações do setor são diretamente afetadas pelas ações de agências reguladoras, tais como regulação sanitária, regulação de incorporação de tecnologias nos sistemas de saúde, leis de patentes, regulação de preço, dentre outras (Mckelvey e Orsenigo, 2001).

A inovação em saúde em geral, não apenas a farmacêutica, é crucial pois contém a maioria dos elementos de mudança na área da saúde. É inerentemente complexa de implementar e operar, pois envolve uma combinação de renovação tecnológica e organizacional dentro de um ambiente com uma diversidade de partes interessadas.

Abrange uma ampla gama de mudanças no design de serviços, produtos e processos de produção (elemento de tecnologia); formas novas ou alteradas na organização ou administração de atividades (elemento organizacional); formas novas ou melhoradas de interagir com outras organizações e bases de conhecimento (elemento de interação do sistema); novas visões de mundo, racionalidades, missões e estratégias (elemento conceitual). As mudanças no sistema de inovação em saúde envolveram frequentemente a introdução de mudanças inter-relacionadas nos elementos tecnológicos, organizacionais e institucionais dos cuidados de saúde.

Muitas inovações também são de natureza sistêmica, uma vez que emergem e devem tratar da complexa interação entre questões políticas, administrativas, tecnológicas, institucionais e jurídicas (Abrol et al., 2016) As inovações em medicamentos podem surgir de modificações de uma ou mais propriedades do composto, incluindo a estrutura química ou o método de síntese; a forma farmacêutica;



a farmacodinâmica; a farmacocinética; e outras propriedades terapêuticas (Akkari et al., 2016).

Ainda, é importante notar que o sistema farmacêutico se situa na interface entre o contexto econômico e o de bem-estar social. Gadelha explica que este sistema se caracteriza por uma construção econômica, política e institucional para a qual confluem fortes interesses, advindos tanto das estratégias empresariais nas distintas indústrias da saúde e nas ICTs quanto da pressão da sociedade civil pela prestação de serviços de saúde que atendam aos requisitos de acesso, de ações integrais e de equidade (Gadelha; Quental; Fialho, 2003).

Assim, como existem diversos agentes neste sistema com interesses distintos, cada um deles adota um conceito de inovação mais adequado a seus objetivos e assim o conceito de inovação vem sendo amplamente debatido pelos diferentes agentes (Akkari et al., 2016). Por exemplo, para a indústria um conceito de inovação mais abrangente é mais interessante, pois amplia seu escopo de atuação, já para a agência reguladora do controle de preços é interessante um conceito de inovação mais restrito, para garantir que seja concedido um preço prêmio apenas para as inovações realmente disruptivas e relevantes, enquanto que para uma agência responsável pela decisão da incorporação da tecnologia a ser disponibilizada por um sistema de saúde público, o conceito de inovação deve considerar os ganhos terapêuticos do medicamento e seu impacto orçamentário.

Existe então uma pressão regulatória crescente sobre todos os atores do sistema, mas em especial sobre a indústria, para que ela desenvolva tratamentos verdadeiramente inovadores que atendam às necessidades do paciente e da sociedade. Ao mesmo tempo a indústria deve atender as expectativas de seus acionistas de maximização do lucro, que em muitos casos é contrário ao interesse de saúde pública de promoção de acesso a medicamentos, já que esta expectativa se traduz em altos preços de medicamentos por sua vez se configura como uma barreira ao acesso. Ademais, a produção de novas moléculas pela indústria vem decrescendo, apesar de gastos cada vez maiores com pesquisa e desenvolvimento e marketing.

A questão que envolve o conceito de inovação neste setor é que, em muitos casos, as noções de inovação e valor estão intrinsecamente ligadas. Em geral, no significado de "valioso" há uma conotação explícita de necessidade, seja uma necessidade médica, uma necessidade terapêutica ou uma necessidade social.

Assumindo que um medicamento é seguro e tem um balanço positivo de risco/benefício, um medicamento é chamado de "verdadeiramente inovador" se, e somente se, ele oferecer eficácia clínica e/ou eficiência adicional em comparação com as opções terapêuticas atuais. Ou se esses medicamentos preencherem uma necessidade médica não satisfeita, também é considerado valioso. Por exemplo, um medicamento pode ser valioso para pacientes que são refratários a alternativas terapêuticas existentes ou para pacientes que experimentam riscos de segurança com elas.

Por outro lado, se um medicamento é mais eficaz do que o utilizado no cuidado atual, mas seu benefício clínico está em um campo onde a necessidade médica é muito pequena, este medicamento pode não ser considerado realmente valioso para a sociedade ou mesmo para os pacientes.

A percepção de valor depende da perspectiva adotada. Em geral, os seguradores de saúde e órgãos públicos de avaliação de tecnologias em saúde tendem a definir valor em termos de custo-efetividade e gasto orçamentário, tendo em conta o impacto de um medicamento no sistema de saúde ou para a sociedade em geral. No entanto, o valor



provavelmente será percebido diferentemente por pacientes que podem ser mais interessados em eficácia comparativa e necessidade médica (Annemans et al., 2012).

O valor inovador de um medicamento é baseado nas avaliações dos estudos de eficácia clínica (no período de pré-comercialização); estudos de efetividade clínica (quase sempre na pós-comercialização) e no aparecimento de reações adversas aos medicamentos na população em geral. Pelo menos três fatores principais influenciam, e provavelmente determinam o valor de uma droga inovadora: seu potencial para diminuir a mortalidade, morbidade e/ou incapacidade; sua capacidade de reduzir o custo social da doença; e sua contribuição para o progresso social e econômico (Caprino e Russo, 2006).

Assim, o valor de uma droga é mais que uma propriedade intrínseca desse novo composto, ele depende também do contexto específico em que ele é introduzido e a disponibilidade de outras drogas para tratar a mesma condição clínica. Existe então um esforço para definir melhor inovação tecnológica em relação aos produtos farmacêuticos, a fim de estimular o processo inovador, reconhecendo-o e recompensando-o adequadamente (Akkari et al., 2016; Caprino e Russo, 2006).

As diferentes perspectivas podem ser percebidas nas definições de inovação descritas na literatura pelos diferentes atores do sistema. Aapro et al., (2017) mostra a perspectiva de representantes de diversas associações de pacientes e profissionais relacionados ao câncer e nele a inovação é definida como qualquer intervenção dentro do caminho terapêutico que faça uma diferença significativa para os pacientes.

Já Bennani (2012) traz a definição para a indústria, e afirma que a inovação pode ser definida como "ideias que saem", ligando um novo pensamento a um produto final, ou como uma nova combinação entre uma necessidade e uma solução, onde a novidade pode estar na solução ou na necessidade, dependendo de como se define necessidade, outro conceito em disputa.

Ainda, para a indústria pode-se definir o resultado da inovação como produto ou serviço que permite um retorno positivo sobre o investimento e cria valor sustentável para seus acionistas (Botelho, Martins e Reis, 2018) colocam que, para a saúde pública, a importância de um novo medicamento está no valor terapêutico e no benefício que proporciona ao paciente e à sociedade em termos de anos de vida salvos e melhoria da qualidade de vida. O valor terapêutico deve ser considerado em uma dimensão mais ampla que vá além da inovação química, com base em uma visão mais ampla do benefício clínico.

O nível de inovação farmacêutica varia enormemente, desde inovações disruptivas que representam avanços significativos para doenças fatais até modificações pequenas sobre moléculas que já estão presentes no mercado por anos. Assim, muitas definições de inovação são utilizadas para medir o seu valor e diferenciar drogas efetivamente pioneiras de drogas *me-too*, um termo utilizado para denominar diferentes moléculas em uma classe terapêutica, mas com inovações incrementais em relação à pioneira, sem benefício clínico significativo em relação às alternativas já existentes.

Essa falta de eficácia ou eficiência relativa não é necessariamente um problema se os novos produtos são introduzidos no mercado no mesmo nível de preço que os medicamentos existentes, já que os produtos podem ter características específicas, por exemplo, um perfil diferente de segurança e interação medicamentosa, que justifica seu lugar no mercado junto dos demais. No entanto, se um preço prêmio é reivindicado para um novo produto, o regulador precisa no mínimo avaliar se existe algum benefício terapêutico relevante presente (Aapro et al., 2017; Annemans et al., 2012).



4 CONCLUSÃO

A palavra inovação vem sendo super utilizada não só no meio acadêmico, mas também no cotidiano. Atrélado a ela estão colocados diferentes conceitos e definições de inovação que refletem as diferentes perspectivas dos atores que a utilizam, e que carregam em si o seu acúmulo de conhecimento, suas experiências e seus interesses. Este trabalho deixa claro que a inovação é abordada de maneira diferente de acordo do o recorte adotado.

Conforme abordou nos resultados, os conceitos de desenvolvimento regional esta associado ao espaço “cidade” com articulação de atores (instituições públicas, governo, empresas pequenas ou grandes, universidades, centro de pesquisa, e recurso de mão de obra, etc). Distante do meio rural que vive as famílias de agricultores rurais, que em geral não estão inseridas no mesmo contexto de tecnologia, educação, modo de vida e etc.

Por isso, surge uma nova abordagem teórica denominada de desenvolvimento rural. Na qual busca associar o aspecto territorial dos agricultores rurais e a definição do conceito de inovação com este viés torna-se fundamental para que então de fato possa promover o desenvolvimento daquele território. Por isso, a identificação das principais características e fatores promove a atividade de inovação e desenvolvimento é fundamental para auxiliar no entendimento dos processos influenciando nas políticas públicas nacionais e regionais.

No sistema de inovação farmacêutico frequentemente a perspectiva da saúde pública entra em conflito com a perspectiva do desenvolvimento econômico e industrial. A definição do conceito de inovação está no centro deste debate. Esta questão é tão controversa, que a incoerência entre o direito humano à saúde, o direito do autor e as regras de comércio internacional vem sendo discutida nas últimas décadas pelos organismos multilaterais internacionais como as Organizações das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, sendo objeto de um painel de alto nível da Organização das Nações Unidas (Secretariat, 2016). Assim, nas discussões sobre inovação no setor farmacêutico e em saúde em geral é importante compreender a complexidade e controvérsias associadas a este conceito.

REFERENCIAS

- Aapro, M. et al. (2017). Identifying critical steps towards improved access to innovation in cancer care: a European CanCerOrganisation position paper. **European Journal of Cancer**, v. 82, p. 193–202, set.
- Abrol, D. et al. (2016). **Building inclusive health innovation systems**: lessons from India. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. suppl 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2016001405010&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- Akkari, A. C. S. et al. (2016). Inovação tecnológica na indústria farmacêutica: diferenças entre a Europa, os EUA e os países farmaemergentes. **Gestão & Produção**, v. 23, n. 2, p. 365–380, 14 jun.
- Altenburg, Tilman. (199). Pequeñas y medianas empresas en los países en vías de desarrollo. Fomentando su competitividad e integración productiva, **Estudios e informes**, IAD, Berlín.



- Altenburg, Tilman., Meyer-Stamer, Jörg. (1999). “How to Promote *Clusters*: Policy Experiences from Latin America”, **World Development**, 27 (9): 1693-1713.
- Altenburg, Tilman. (2001) **La promoción de clusters industriales en América Latina. Experiencias y estrategias**, Serie Foco Pymes Publicaciones, LGTZ, Buenos Aires.
- Annemans, L. et al. (2012) Comparative effectiveness research and measuring the level of pharmaceutical innovation in the EU. **Journal of Comparative Effectiveness Research**, v. 1, n. 1, p. 19–29, jan.
- Arksey H, O'Malley L. (2005). Scoping studies: Towards a Methodological Framework. **Int J Soc Res Methodol**. 8:19–32. doi: 10.1080/1364557032000119616.
- Bazan, Luiza & Hubert Schmitz (1997), Social capital and export growth: an industrial community in southern Brazil, Brighton, IDS Discussion Paper 361, **Institute of Development Studies**.
- Bennani, Y. L. (2012). Drug discovery in the next decade: innovation needed ASAP. **Drug Discovery Today**, v. 17, p. S31–S44, fev.
- Botelho, S. F., Martins, M. A. P. & Reis, A. M. M. (2018) Análise de medicamentos novos registrados no Brasil na perspectiva do Sistema Único de Saúde e da carga de doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 215–228, jan.
- Brasil. Lei 10973. (2004) **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 22 maio 2018.
- Caprino, L., Russo, P. (2006). Developing a paradigm of drug innovation: an evaluation algorithm. **Drug Discovery Today**, v. 11, n. 21–22, p. 999–1006, nov.
- Cavalcante, L. R. M. T. (2008) Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, v. 02 n.1, p. 9-32, 2008.
- Clacso, Sen, Amartya (2003) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, Argentina: Development as Freedom. New York: Alfred A. Knopf. Sepúlveda, Sergio; Rodríguez, Adrián; Echeverri, Rafael; y Portilla, Melania. (2003). ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, 35 (1): 01-38, 1998.
- Gadelha, C. A. G., Quental, C., Fialho, B. DE C. (2003). Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 47–59, fev. 2003.
- Hernández, A. (1995). “El desarrollo en tiempos de crisis: hacia un modelo de inteligencia social”, en **VI Seminario Internacional sobre Desarrollo Local y Medio Ambiente: Cultura y Desarrollo Rural**, Cuenca.
- Hirschman, A. O. (1961). **Estratégia de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, p. 322.
- Malerba, F. (2006). **Sectoral Systems: How and Why Innovation Differs across Sectors**. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199286805.001.0001/oxfordhb-9780199286805-e-14>>.



- Meyer-Stamer, Jörg. (1998) “Path Dependence in Regional Development: Persistence and Change in Three Industrial *Clusters* in Santa Catarina, Brazil”, **World Development**, 26 (8): 1495-1511.
- Mckelvey, M. & Orsenigo, L. (2001). **Pharmaceuticals as a Sectoral Innovation System**. p. 74, nov.
- Myrdal, Gunnar. (1965). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, p.240.
- Nadvi, Khalid y Hubert Schmitz (1994), “Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda”, IDS Discussion Paper 339, Brighton, **Institute of Development Studies**, University of Sussex.
- Nadvi, Khalid. (1995). Industrial Clusters and Networks: Case Studies of SME Growth and Innovation, Sussex, **Institute of Development Studies**-University of Sussex.
- Porter, Michael. (1990). **La ventaja competitiva de las naciones**, Buenos Aires, Vergara.
- Oecd. (2007) **Manual de Oslo**. Analysis, v. 30, n. 5, p. 88–94.
- Olazarán, M., Gómez-Uranga M. (2000). **Sistemas Regionales de Innovación**. Servicio.
- Olazarán, M.; Gómez-Uranga, M. (2000). **Sistemas Regionales de Innovación**. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco. 2000.
- Omaha, Kenichi. (1995). End of the nation state. **The rise of Regional Economies**, New York, Free Press.
- Perroux, François. (1967) **A economia do século XX**. Tradução de José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder.
- Pérez, Ramírez B. (2000). **Desarrollo local: Manual de uso**. Madrid: Esic.
- Ploeg, J.D., Van der et al. (2000) Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 391-407.
- Quintar, Aida., Ascúa, Rubén., Gatto, Francisco & Ferraro, Carlo. (1993). “Rafaela: uncuasi-distrito italiano ‘a la argentina’”, Buenos Aires, **CEPAL**, Working Paper 35.
- Rabellotti, Roberta (1992). “Industrial District in México: the case of the footwear industry in Guadalajara and León”, Paper presented at **EADI Workshop on New Approaches to Industrialization: Flexible Production and Innovation in the South**, Lund, Jinio.
- Rabellotti, Roberta. (1997). Footwear Industrial Districts in Italy and Mexico”, en M. Van Dijk y R.Rabellotti (eds.), **Enterprise Clusters and Networks in Developing Countries**, Londres, EADI, Series 20, Frank Cass.
- Romero, J. (2006). “El impacto en los jóvenes de la dinámica territorial rural del empleo: un primer abordaje del caso uruguayo y español de la Provincia de Granada.” **VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural**. Ecuador.
- Schumpeter, J. (1935) **Análisis del cambio económico**. Ensayos sobre el ciclo económico. Ed. Fondo de cultura económica, México. Disponível em <http://eumed.net/cursecon/textos/schump-cambio.pdf>



- Schumpeter, J. & Backhaus, U. (2003). **The theory of economic development**. Joseph Alois Schumpeter. [S.l.]: Springer, p. 61–116.
- Schmitz, Hubert. (1998). **Responding to Global Pressure: Local Cooperation and Upgrading in Sinos Valley, Brazil**, Brighton, IDS Working Paper 82, IDS, University of Sussex, 1998.
- Schmitz, Hubert. (1999). “Global competition and local cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil”, **World Development**, 27 (9): 1627-1650.
- Schmitz, Hubert. (1995). “Does Local Cooperation Matter? Evidence from Industrial Clusters in South Asia and Latin America”, **Oxford Development Studies**, 28 (3): 323-336.
- Schneider, S. (2012). La construcción del concepto de América Latina y Caribe. **II Taler de Expertos sobre Agricultura Familiar**, 28 y 29 de agosto. San Salvador, El Salvador.
- Scott, A. & Stoper, M. (2003) Regions, Globalization, Development. **Regional studies**, v. 37 p.6-7.
- Secretariat, H.-L. P. (2016). **Report of the United Nations Secretary-General High-Level Panel On Access To Medicines - Promoting innovation and access to health technologies**. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/562094dee4b0d00c1a3ef761/t/57d9c6ebf5e231b2f02cd3d4/1473890031320/UNSG+HLP+Report+FINAL+12+Sept+2016.pdf>>.
- Silva, Iván. (2005). **Desarrollo económico local y competitividad territorial en América Latina: El Enfoque Territorial del Desarrollo Rural** San José, Costa Rica: IICA.
- Stohr, Walter & Taylor, F. (1981). **Development from Above or Below? Dialectics of Regional Planning in Developing Countries**, Londres, John Wiley.
- Távora, José. (1993). From Survival Activities to Industrial Strategies: Local Systems of Inter Firm Cooperation in Peru, Massachusetts, University of Massachusetts.
- Veiga, J. E. (2001). O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, **Estudos Avançados**, 43, Setembro-Dezembro 2001, pp. 101-119.
- Véliz, Claudio. (1984). **La tradición centralista en América Latina**, Barcelona, Ariel.